

A importância da Reestruturação do Parque Natural Municipal da Macaqueira, para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade em Jacobina-Ba.

Adeid Rodrigues Santos Silva¹
Marina Aparecida Costa Lima²
Rosângela Souza da Silva Santos³
Mônica Brito de Almeida⁴

Políticas Públicas, Legislação e Meio Ambiente

Resumo

Os parques urbanos são importantes elementos para o equilíbrio ambiental e o convívio social nos grandes centros urbanos. O Parque Natural Municipal da Macaqueira, situado na região norte do município de Jacobina-BA, criado em setembro de 2003, através da Lei Municipal nº 651 e integrado à Unidade de Conservação da Natureza do Município em 20 de dezembro de 2017 pela Lei nº 1.469, possui aspectos de grande relevância ambiental, cultural e histórico; caracterizando-se como instrumento de grande potencial para o desenvolvimento de ações de educação ambiental. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo compreender os impasses para a reestruturação e funcionamento do Parque Natural Municipal da Macaqueira. Para o desenvolvimento do presente estudo aplicou-se a metodologia baseada em levantamentos bibliográficos relativos ao assunto, pesquisa documental no órgão público ambiental local, visitas *in loco* e registros fotográficos para análise da atual situação da área em estudo. Diante das problemáticas encontradas em relação aos impasses na reestruturação do parque, foi possível identificar como umas das principais causas a falta de Políticas Públicas e intervenção da sociedade civil, que resultou no abandono da área. Foi verificado, também, muitos impactos ambientais adversos decorrentes das atividades antrópicas. Em vista disso, conclui-se que é imprescindível o envolvimento do poder público municipal na administração do parque, para a reestruturação do mesmo e desenvolvimento de ações de educação ambiental para sensibilização da população local, visando a preservação e conservação dos recursos naturais existentes.

Palavras-chave: Parque urbano; Manutenção; Diversidade Biológica; Meio Ambiente.

¹Prof. Esp. Adeid Rodrigues Santos Silva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- Campus Jacobina (IFBA) – Departamento de Meio Ambiente, adeidrodrigues@ifba.edu.br.

²Prof. Me. Marina Aparecida Costa Lima, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- Campus Jacobina (IFBA) – Departamento de Meio Ambiente, marina.aparecida@ifba.edu.br.

³Aluna Rosângela Souza da Silva Santos do Curso (técnico em Meio Ambiente), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- Campus Jacobina (IFBA), Departamento de Meio Ambiente, rosagiseley309@gmail.com.

⁴ Aluna Mônica Brito de Almeida do Curso (técnico em Meio Ambiente), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- Campus Jacobina (IFBA), Departamento de Meio Ambiente, mba.monicaalmeida@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Na atualidade, a compreensão dos parques urbanos como elemento importante para o equilíbrio ambiental e o convívio social nos grandes centros urbanos tem sido algo consensual. Justino (2015) apud Silva et al. (2007) enfatizam a destinação desses espaços urbanos ao lazer contemplativo e à prática de esportes, aliada ao fornecimento de serviços ambientais como conforto térmico, manutenção dos recursos hídricos, conservação e conhecimento da biodiversidade, controle da poluição sonora e do ar, considerados proporcionais à densidade de árvores existentes nos locais.

O crescimento vertiginoso e sem planejamento das cidades tem despertado grandes preocupações quanto ao desenvolvimento de políticas públicas, que visem a criação mecanismos para a proteção e defesa do bem-estar dos habitantes; uma vez que, os impactos adversos provocados, principalmente, pelo uso indiscriminado dos recursos naturais e pelos crescentes índices de desmatamento acarreta sérios prejuízos para os seres vivos, sobretudo à humanidade.

Para Júnior (2012), os parques urbanos são áreas verdes caracterizadas com mais de 10 hectares, destinados ao lazer ativo ou passivo, à preservação da biodiversidade ou peculiaridades naturais que possam evidenciar a unidade de paisagem na qual o parque está situado, como também impulsiona qualidades necessárias para o conforto ambiental urbano.

Com a criação da Lei n. 9.985 em 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o parque urbano passou a ser considerado um *locus* de preservação ambiental, contemplação e do bem-estar. A Resolução CONAMA nº 369 de 2006 define o parque urbano como o espaço de domínio público, dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização, que cumpra função ecológica, paisagística e recreativa, e possibilite uma melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade. Por suas características físicas e sociais, são considerados apropriados para a prática

de atividade física ao ar livre e recreação. Segundo Szeremeta (2013) apud Barton e Pretty (2010), apenas cinco minutos de caminhada em áreas verdes, como por exemplo, em um parque público, já é suficiente para melhorar a saúde mental, com benefícios para o humor e autoestima.

Desse modo, os parques públicos são fundamentais nos espaços urbanos, pois além de promover a saúde e bem-estar das pessoas, possibilitam o contato direto com a natureza, atuando como indicadores de qualidade de vida, por estarem ligados ao lazer e a recreação (NUCCI, 2008), e por se constituírem em locais de convívio social e de manifestação da vida comunitária.

Sendo assim, considerando a importância ambiental, paisagística, social e econômica dos parques urbanos, a reestruturação do Parque Natural Municipal da Macaqueira, localizado na cidade de Jacobina-BA, que passou a ser integrado à Unidade de Conservação da Natureza do município pela lei nº 1.469 de 2017, poderá contribuir para o desenvolvimento socioambiental local, como unidade de fomento a ações de educação ambiental que visam a preservação das matas nativas, a diminuição das queimadas e o descarte adequado de resíduos sólidos.

A reestruturação do parque supracitado poderá, também, contribuir para a preservação dos corpos d'água e das nascentes de um dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Itapicuru Mirim, o Rio do Ouro, que tem uma relevância histórica regional (NOVAIS, 2009), bem como para a preservação da fauna e flora, influenciando positivamente o processo de evapotranspiração no ciclo hidrológico, principalmente no clima, trazendo equilíbrio e benefícios para o meio ambiente e impulsionando melhorias na qualidade de vida da população.

Além dos benefícios socioambientais e econômicos, cabe salientar que o Parque Natural Municipal da Macaqueira possui aspectos de grande relevância cultural e histórica, uma vez que ele abriga registros históricos importantes da cidade, como o local onde foi instalada a central hidrelétrica em 1928, época marcada pela chegada da energia elétrica no município e como também o abastecimento.



Diante do exposto, no intuito de demonstrar a importância da área para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, o objetivo deste estudo foi buscar compreender as principais dificuldades e desafios para a reestruturação e funcionamento do Parque Natural Municipal da Macaqueira.

METODOLOGIA

A área utilizada para a realização do presente estudo localiza-se na região Norte da Bahia, no Piemonte da Chapada Diamantina, na cidade de Jacobina, situada nas coordenadas $11^{\circ} 11' 14.97''$ S e $40^{\circ} 30' 44.68''$ W (Figura 1). O município, cujo bioma predominante é a Caatinga e o clima é classificado como tropical semiúmido, é rodeado por várias serras, rico em recursos hídricos e biodiversidade, sua extensão territorial chega a 2.192,905 km², com uma população estimada em 80.635, de acordo com dados do IBGE (2020).

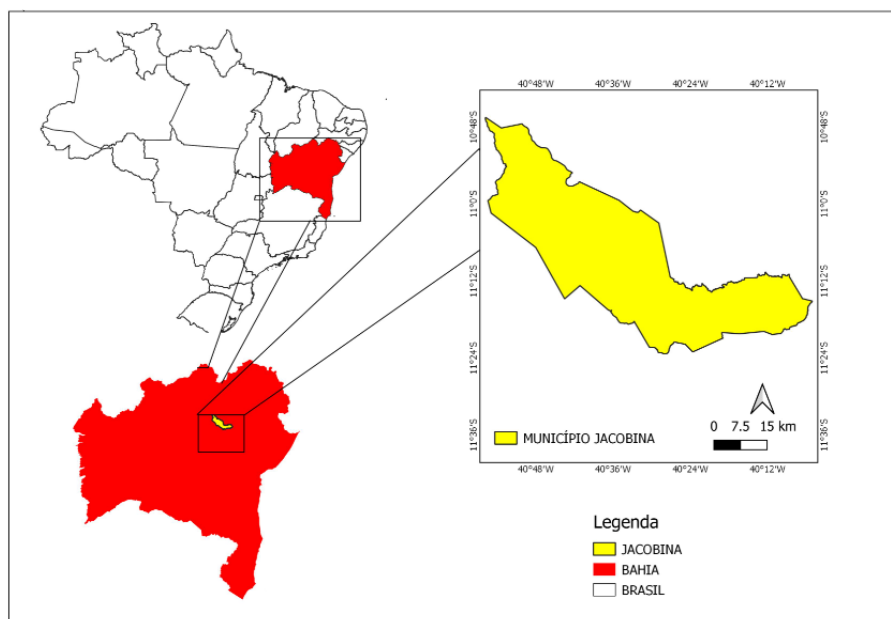


Figura 1: Delimitação geográfica de Jacobina-BA. Fonte: Adaptado de IBGE (2020).

O estudo foi desenvolvido no Parque Natural Municipal da Macaqueira (criado em setembro de 2003 pela Lei Municipal n° 651 e integrado à Unidade de Conservação da

Natureza do Município em dezembro de 2017 pela Lei nº 1.469), situado na região norte da cidade de Jacobina-BA, nas coordenadas 11° 09' 55.38" S e 40° 30' 24.81" W (Figura 2), com vegetação característica de Mata Atlântica e Cerrado (espécies de fauna e flora ainda serão catalogadas, de acordo com dados da secretaria municipal de Jacobina).



Figura 2: Ponto referencial do Parque da Macaqueira. Fonte: Google Earth.

No presente trabalho de pesquisa, iniciado em novembro de 2019 e findado em junho 2021, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, estruturado em artigos científicos, notícias, revistas e em análises de arquivos de documentos da Secretaria de Meio Ambiente do município, para um maior aprofundamento da condição atual da área do Parque Natural Municipal da Macaqueira. Além disso, foram realizadas visitas "in loco" e registros fotográficos para análise da situação da área de estudo. Cabe ressaltar que os referidos métodos foram utilizados durante toda a pesquisa com o intuito de alicerçar os argumentos aqui expostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Parque Natural Municipal da Macaqueira, criado em 2003, é um patrimônio natural de enorme importância para Jacobina, uma Unidade de Conservação que fica literalmente dentro da cidade; um cenário exuberante dentro do perímetro urbano (Figura 3).



Figura 3: Vegetação do Parque Natural Municipal da Macaqueira, Jacobina-BA.
Fonte: Félix (2021).

Entretanto, durante visitação ao Parque, foram percebidos marcas e efeitos das atividades antropogênicas, que começou com a atividade do garimpo ilegal e com o crescimento urbano dentro da área, que induziu o desmatamento e a degradação dos recursos hídricos (Figura 4).

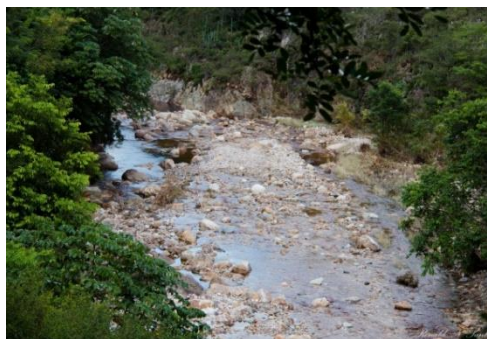


Figura 4: Rio do Ouro assoreado.

Foi verificado, também, como impacto negativo decorrente da atividade antrópica na área, o descarte inadequado. O acúmulo de resíduos em alguns pontos do Parque, principalmente nos arredores de corpos hídricos, como sacolas plásticas, bitucas de cigarro e garrafas PET, apesar da área dispor de algumas placas espalhadas com lembrete de sensibilização ambiental (Figura 5), são o reflexo da falta de políticas públicas que visem a conscientização da população local e dos turistas.



Figura 5: Placa de conscientização ambiental situada no Parque.

Os incêndios florestais ocorridos na área do Parque afetam diretamente a vida dos animais silvestres e do ser humano, gerando uma série de prejuízos tanto ao meio ambiente quanto à saúde humana. De forma direta, as queimadas (Figura 6) geram destruição ambiental dos biomas e áreas que elas afetam, e também emitem gases poluentes e fumaça, que causam mal à saúde do ser humano.



Figura 6: Queimadas.

Entretanto, mesmo com os referidos problemas foi possível perceber que há um movimento significativo de pessoas (entre moradores e visitantes) que usufruem dos espaços do Parque para atividades de lazer, recreação e para um contato direto com a natureza. Entretanto, com o abandono das instalações do Parque (Figura 7A e 7B), há um fluxo de jovens, usuários de drogas ilícitas, que buscam por lugares mais reservados e com ausência de fiscalização. Cabe ressaltar que, durante o estudo, não foi notada a presença de guardas municipais no Parque, uns dos prováveis motivos para a ausência destes relacionam-se a falta de políticas públicas e o descompromisso da sociedade civil com o



meio ambiente. Assim, a falta de um conselho administrativo tem contribuído para a ausência de ações concretas que implementem uma real reestruturação.



Figura 7(A e B): Instalações abandonadas situadas no Parque.

Para que estes ambientes possam estabelecer suas funções, a administração pública deve exercer e gerenciar de forma igualitária a elementos ecológicos, estéticos, de recreação e lazer (MARTINS, 2014; KLIASS, 1993; SOLECKI; WECH, 1995; SORENSEN et al., 1998; ALVAREZ, 2004; OLIVEIRA, 2007). Todavia, certifica-se uma maior atenção para as funções estéticas e sociais.

Segundo Brito (2016) o Parque Natural Municipal da Macaqueira criado a fim de preservar o ecossistema do Vale do Rio Ouro, se encontra em situação de abandono. O autor destaca ainda que, de acordo com informações apuradas através de inquérito civil instaurado pelo Ministério Público, o Parque Municipal nunca atendeu a todos os requisitos da Lei Federal nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e nem o decreto nº 4.340/2002, que regulamenta o Sistema.

Mesmo depois de inúmeras tentativas de revitalizar o Parque, esse processo não se concretizou, e devido à continuação da degradação, o Ministério Público voltou com uma ação judicial contra a prefeitura municipal de Jacobina, determinando à mesma a ação de concretizar a reestruturação da área, promovendo a criação de um grupamento ambiental da guarda municipal de Jacobina e o cercamento do terreno, para tanto o município receberia um recurso da empresa TEN - Torre Eólica do Nordeste e da empresa Jacobina Mineração e Comércio Ltda. e suas controladoras, integrantes do grupo Yamana Gold INC, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA).

Além de ser uma área importante para manutenção da biodiversidade local, como também para a preservação dos recursos hídricos, que contribuem para um clima equilibrado, a Unidade de Conservação em estudo, muito diversa em termos de riquezas naturais, tem um potencial muito grande para a geração de emprego e renda, visto que no Parque Natural Municipal da Macaqueira estão localizadas muitas trilhas que, por serem acessíveis, se tornam um atrativo com muitas alternativas para o ecoturismo da região, impulsionando a economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e tendo em vista tantos problemas oriundos da falta de infraestrutura, como também das atividades humanas que interferem negativamente na biodiversidade da Unidade de Conservação em estudo, urge a necessidade de um projeto de reestruturação da área.

Com a implementação de infraestruturas adequadas e a adoção de metodologias corretas para a revitalização e manejo da área, é possível dispor de um Parque bem conservado e com muitas funcionalidades para a comunidade local. A reestruturação da área para seu posterior funcionamento é de suma importância para preservação e conservação do ecossistema local, auxiliando na manutenção das matas e na proteção das nascentes.

Os benefícios sociais da reestruturação do Parque da Macaqueira podem ser atribuídos à criação de áreas de lazer, recreação e contemplação com acesso facilitado por todas as camadas da população além da interação social. Também pode ser atribuído o benefício de criação de espaços públicos que possibilitem a prática de exercícios físicos, proporcionando melhoria na saúde e qualidade de vida da população frequentadora. Além disso, espaços arborizados no ambiente urbano proporcionam maior conforto e qualidade de vida aos moradores das proximidades, evitando prejuízos à saúde da população ocasionados pela poluição atmosférica e ruídos das atividades urbanas.

Conclui-se que, a reestruturação do Parque trará inúmeros benefícios socioambientais, estimulando atividades recreativas, promovendo uma melhoria no bem-

estar físico e mental das pessoas, e, conseqüentemente uma melhoria significativa na qualidade de vida dos munícipes; além de impulsionar a economia local com o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, que, por sua vez, influenciam positivamente na geração de emprego e renda para o município de Jacobina.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter nos dado saúde e força para superar as dificuldades. Ao professor Marcos Reis pelas orientações e incentivos e as nossas orientadoras Adeid Rodrigues e Marina Aparecida Costa, que nos deu todo suporte direcionando do artigo, as nossas famílias que nos apoiaram em todos os momentos nesta caminhada acadêmica, e a todos que de alguma forma nos ajudaram e acreditaram que este momento seria possível na nossa trajetória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Brasília: MMA.

BRITO, GEORGE. Ministério Público estadual Notícia. **MP recomenda medidas de revitalização do Parque Municipal de Macaqueiras em Jacobina.** 28/01/2016. Disponível em: <http://cpu007782.ba.gov.br/noticia/30521>. Acesso em: 20 de janeiro 2021.

CONAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução n. 369, de 28 de março de 2006.** Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Brasília, DF, 2006. Acesso em: 20 dez. 2019.

GOOGLE EART-MAPAS. Disponível em: <Http://mapas.google.com>. Acesso em 20 de maio de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE 2020.** População estimada: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jacobina/panorama>. Acesso em 26/05/2021.

JACOBINA. Lei N°. 651 de 11 de setembro de 2003. **Cria o Parque Natural das Macaqueiras.** Diário Oficial do Município, Jacobina, BA. 11 /09/2003.

JACOBINA. Lei N°. 1.469 de 20 de dezembro de 2017. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA. 21/12/2017. Disponível em www.diariooficial.org.br/sites/Municipios/contasPublicasCategoriaSitesExternos.cfm?varCodigo=415&cboAno=2017. Acesso em 08 de fev.2020.

JÚNIOR, LAERTE SCANAVACA. **Importância dos Parques Urbanos: O Exemplo do Parque Alfredo Volpi**. Trabalho apresentado XVI Congresso Brasileiro de Arborização Urbana - Uberlândia-MG, 2012. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/76079/1/2012AA002.pdf>. Acesso em 28 de abril de 2021.

JUSTINO, ALESSIANE SILVA; NASCIMENTO, DIOGO COSTA. **Os Desafios da Gestão de Parques Urbanos: Estudo de caso do Parque Municipal do Distrito Industrial, Uberlândia, MG**. 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3145/f21145c13ef849b2ba1501225d9f00fd1203.pdf>. Acesso em 25 de Abril de 2021.

LIMA, Gervasio. **Prefeitura de Jacobina, na Bahia, descumpre recomendações do MP para revitalizar o Parque da Macaqueira**. Disponível: www.ecodebate.com.br/2016/04/11/prefeitura-de-jacobina-na-bahia-descumpre-recomendacoes-do-mp-para-revitalizar-o-parque-da-macaqueira/. Acesso em 01 maio 2021.

MARTINS, Larissa Fernanda Vieira. **Monitoramento de parques urbanos em fundos de vale: análise das funções de conservação e uso público-estudos de casos múltiplos em Curitiba, Paraná**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NOVAIS, MARCOS PAULO SOUZA. **Aspectos da Apropriação e Ocupação do Espaço na Microbacia Rio do Ouro, Jacobina – Bahia e suas Repercussões Socioambientais**. Salvador – BA 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/Adm/Downloads/Marcos%20Paulo%20Souza%20Novaes%20\(8\).pdf](file:///C:/Users/Adm/Downloads/Marcos%20Paulo%20Souza%20Novaes%20(8).pdf). Acesso em 03 de fevereiro 2021.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e adensamento urbano**. São Paulo: FAPESP, 2008.

FELIX, REIS. Disponível em: <<https://www.facebook.com/alex.felix.16>>. Acesso em 24 mar. 2021.

SZEREMETA, BANI E ZANNIN, PAULO HENRIQUE TROMBETTA. **A Importância dos Parques Urbanos e Áreas Verdes na Promoção da Qualidade de Vida em Cidades**. R. Ra'e Ga - Curitiba, v.29, p. 177-193, dez/2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269735224_a_importancia_dos_parques_urbanos_e_areas_verdes_na_promocao_da_qualidade_de_vida_em_cidades.